

# GÊNERO, FAMÍLIAS E INTOLERÂNCIAS<sup>1</sup>

*Gender, Families and Intolerances.*

*André Luiz de Castro Mariano<sup>2</sup>*

## RESUMO

Tensões envolvendo grupos religiosos pentecostais e homossexuais não é algo recente e vai muito além da religião. Pode-se dizer que boa parte destes conflitos perpassa toda sociedade brasileira, cuja construção da visão de mundo é herança de pensamentos tradicionais de linha patriarcal. Este texto procura problematizar o assunto e ao mesmo tempo fomentar reflexões, porquanto questões envolvendo homossexualidade; modelos de famílias, distintos do modelo de família nuclear composta de pai, mãe e filhos; formas diversas de intolerâncias; fazem parte de alguns dos temas raramente discutidos e quando são, faltam profundidade e sobram preconceitos. Considerando que sociedades passam por constantes transformações, é de responsabilidade de nós cientistas sociais, cientistas das religiões, teólogos, etc., compreender, interpretar, pensar, nossa própria sociedade e as diferentes culturas presentes nela. Não obstante, indicar caminhos de acesso às reflexões necessárias.

**Palavras Chave:** Famílias. Gênero. Homossexualidade. Intolerância. Religião.

## ABSTRACT

Tensions involving Pentecostal and homosexual religious groups is not new and goes far beyond religion. It can be said that a good part of these conflicts permeates the entire Brazilian society, whose construction of the worldview is a legacy of traditional thoughts of a patriarchal line. This text seeks to problematize the subject and, at the same time, encourage reflections, as issues involving homosexuality; family models, distinct from the nuclear family model composed of father, mother and children; different forms of intolerance; they are part of some of the themes rarely discussed and when they are, they lack depth and prejudices remain. Considering that societies undergo constant

<sup>1</sup> Artigo originalmente publicado em 2016, nos Anais do 2º Simpósio Internacional da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR), XV Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Unesp/Marília, Mestre em Antropologia Social pela UFPR, Bacharel em Teologia pelo CES/JF.



transformations, it is the responsibility of us social scientists, scientists of religions, theologians, etc., to understand, interpret, think, our own society and the different cultures present in it. However, indicate ways to access the necessary reflections.

**Keywords:** Families. Gender. Homosexuality. Intolerance. Religion.

## INTRODUÇÃO

Não é segredo a existência de tensões entre pentecostais e homossexuais, entretanto, estes embates têm sido pouco problematizados, sobretudo, relacionados aos atores sociais envolvidos, ou seja, quais são seus posicionamentos sobre o assunto e qual o nível de conhecimento por parte destes, da temática homossexualidade?

Alguns elementos devem ser considerados na visão final, dentro de um segmento religioso, pois, mesmo que exista um posicionamento comum entre os membros, há outras influências pessoais que podem deixar a percepção do assunto mais rígida, ou mais flexível: amadurecimento de reflexões, casos de homossexualidade na família, relacionamento com amigos homossexuais, o reconhecimento dos danos decorrentes de preconceitos, perseguições, violências psicológicas e/ou físicas sofridas por segmentos tidos como marginais dentro da sociedade.

As reflexões que seguem, estão baseadas em um total de 30 pessoas, devidamente selecionadas, entre alunos de um curso de teologia, especificamente da matéria de teologia moral, em três momentos de coletas de dados. O primeiro, com alunos que estiveram em contato com a temática por meio de textos, debates e reflexões. Em seguida, apresentaram na forma escrita, os seus posicionamentos. O segundo grupo de alunos, sem quaisquer informações prévias relacionadas ao tema, apresentaram seus argumentos na forma escrita, apenas instrumentalizados de conhecimentos empíricos e/ou senso comum, sem o contato precedente com textos, debates e reflexões. O terceiro, com alunos que também apresentaram na forma escrita suas argumentações sobre o assunto, sem o contato prévio com a temática. Após este contato, eles foram submetidos a uma avaliação individual



escrita. Com esta metodologia, buscou-se encontrar respostas distintas para o mesmo tema. O período de coleta de dados foi de fevereiro de 2015 a março de 2016.

Outra pontuação a respeito desta comunicação refere-se aos nomes. Não haverá a apresentação de nomes, mas sim as iniciais dos mesmos. O trabalho se deterá em apresentar o posicionamento de homens e mulheres na forma de aluno ou aluna. Esta metodologia não foi colocada como condição, mas para que se tenha melhor liberdade de expor o tema, visto que o terreno envolvido é, por assim dizer, ambíguo e de difícil trânsito.

Existe uma crença escatológica entre os cristãos sobre a existência de um lugar preparado por Deus “onde homossexuais não entrarão”, mas, não só o grupo em questão. Adúlteros, ladrões, prostitutas, são alguns outros exemplos, de grupos de pessoas encontradas “neste mundo” que não farão parte da sociedade do “mundo que está por vir”. Mas, por que homossexuais ganharam atenção potencializada? Se já fazem parte dos excluídos dos céus, esta exclusão deve iniciar na Terra? Por que questões envolvendo homossexualidade são tão conflitantes? Dentro dos modelos de famílias na sociedade brasileira, por que as homoafetivas, aparentemente, são as mais polemizadas dentro da esfera pentecostal? Em qual medida se conhece os modelos de famílias no Brasil? Existe algum que seja mais eficaz ou menos problemático? O certo é que não existe um modelo imune a problemas e nem mesmo às rupturas. Os inúmeros rearranjos demonstram que nem o modelo de família nuclear é perfeito nem outros que surgiram a partir dele, mas isto não impede que as famílias sejam pensadas e pesquisadas. É preciso compreender o que existe de positivo e negativo, os pontos em comum e os que se diferem. É preciso fugir do senso comum. É preciso aprofundar o estudo das famílias.

## 1. APRESENTAÇÃO DO TEMA

Na década de 1980, Mariza Corrêa já chamava a atenção para a família, para ser encarada cientificamente, como uma fonte inspiradora de pesquisa. Em suas palavras: “um tema que, apesar de muito pesquisado, não o foi suficiente” (CORRÊA, 1982, p. 07). É preciso pesquisar e problematizar questões, pois a família é, segundo Corrêa, vista por alguns como “um mal a ser combatido”, e por outros como



“célula-mater da sociedade ou refugio das tribulações do mundo”. Para ela a causa desta ambiguidade de posicionamentos acontece

pela posição de ignorância em que nos encontramos quase todos os que nos interessamos pelo tema, seja pela escassa produção de pesquisas sobre ele, seja porque frequentemente deixamos de incorporar à nossa reflexão uma perspectiva crítica a respeito da forma como ele tem sido historicamente analisado em nosso país (CORRÊA, 1982, p. 07-08).

Embora o modelo de família patriarcal seja, muitas vezes, designado como o modelo familiar brasileiro, “a ‘família patriarcal’ pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total da formação da sociedade brasileira” (CORRÊA, 1982, p. 25).

A doutora em sociologia, Márcia Thereza Couto, escreveu um artigo que pode nos ajudar a compreender um pouco deste contexto a partir de dois casos de famílias heterossexuais em estado de crise, e como a religião pode ser acessada para minimizar e até mesmo resolver determinados problemas, através da mudança de *ethos* masculinos e femininos. Um ponto crucial na análise de Couto (2002), é como determinadas experiências, vistas como transcendentais, ocupam um lugar específico no discurso de seus interlocutores. As falas aparecem como recursos mnemônicos, resignificados e propagados sempre que possível, via “testemunhos”. Para a autora, estes discursos são fundamentais para compreender o crescimento das novas religiões e como o processo de trânsito religioso fornece elementos para a construção de um novo *ethos* (COUTO, 2002, p. 16-17).

Embora Couto tenha utilizado apenas dois estudos de casos, fica claro em ambos, que existe uma espécie de *ethos* visto como divergente e que entra como um dos elementos na base do processo de conversão, configurando em mudança para uma forma de *ethos* desejável. Uma das mensagens que fica é que, mesmo o modelo visto como ideal, não é perfeito.

Deve-se considerar que ao longo dos anos, o modelo de família tem passado por inúmeras transformações e mesmo que existam resistências quanto à modelos distintos do convencional – pai, mãe e



filhos –, este convive e vislumbra outros que são vistos, ora como incompletos – como é o caso dos casais sem filhos e as mães solteiras que vivem com os pais –, ora vistos como ilegítimos – como, por exemplo, as produções independentes, os casais de mesmo sexo com filhos ou sem filhos.

Uma das modalidades que tem ganhado visibilidade na sociedade brasileira é a de casais homossexuais. Embora exista resistência por várias esferas da sociedade brasileira, este modelo de família vem crescendo e, ao mesmo tempo, ganhando volume midiático. Este contexto acaba trazendo o assunto para uma arena de debates nas mais distintas esferas sociais, mas o quadro ainda é extremamente estigmatizado.

No Brasil, os debates que envolvem o contexto da família formada por casais homossexuais de *gays* ou de lésbicas, sobretudo, quando envolve filhos, permeia toda a sociedade, portanto, não estão apenas retidos nas arenas de debates calorosos entre parlamentares. Eles estão por toda parte. Um dos graves problemas em relação a este quadro é que, utilizando as palavras de Tarnovski (2004), eles estão carregados de “julgamentos de valor e estereótipos negativos”. Ou seja, estes julgamentos acabam colocando aqueles cuja orientação sexual diverge da maioria, em uma posição de marginalidade, passíveis de sofrerem perseguições, exclusões, violências físicas e psicológicas, por conseguinte, como uma subclasse a ser combatida ou convertida.

Segundo Tarnovski (2004) os estudos voltados para a interpretação e compreensão do modelo de famílias homossexuais, tem se consolidado a partir de alguns países europeus e na América do Norte. Na França, por exemplo, os debates envolvem “juristas, psicanalistas, historiadores, sociólogos e antropólogos, atentos a questões que tocam seus respectivos campos disciplinares, transformando a homoparentalidade num objeto legítimo de estudo e preocupação acadêmica”. (TARNOVSKI, 2004, p. 387-388).

Mas, pode-se dizer que esta é uma tendência não só voltada para países de Primeiro Mundo, ela também se situa em outros, como no Brasil.

O sociólogo Luiz Mello traz uma análise, a partir da conjugalidade homossexual no Brasil, como um modelo que vem crescendo e ganhando visibilidade desde a década de 90, graças à estabilidade dos relacionamentos homoafetivos. Além deste fato, existe



entre estes grupos um sentimento cada vez mais explícito de se verem como uma família e a busca constante de se desconstruir as imagens negativas destinadas a eles (MELLO, 2005, p. 199-200). A contrapartida a este esforço por legitimidade e aceitação, vem, segundo Mello (2005), por meio de “setores da sociedade brasileira, geralmente influenciados por ideologias familiaristas e naturalistas de origem religiosa”. Para o autor, isto só é possível porque a homossexualidade é tida por uma parte expressiva da sociedade “como um misto de pecado-doença-crime” o que, por sua vez, acaba abrindo caminho para ações de “intolerância, preconceito e discriminação” (MELLO, 2005, p. 202). Mas esta batalha não encontra passividade por parte dos defensores da homoafetividade. As mudanças vêm acontecendo de forma gradual, tendo o ano de 1995, central para estes avanços com a 1ª Conferência da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, a 17ª Conferência da Associação Internacional de Lésbicas e Gays, e o projeto de Lei que buscava a aprovação da união homoafetiva da Deputada Marta Suplicy (MELLO, 2005, p. 204).

Embora o projeto de Lei nº 1.151/95 da Deputada Suplicy não tenha sido aprovado no momento em que foi apresentado – assim como não o foi em outras ocasiões em que foi revisado e reapresentado –, ele colocou o diálogo sobre a questão homossexualidade no circuito de debates em todas as camadas da sociedade.

Graças ao projeto de Lei de Marta Suplicy e, é claro, um contexto que já vinha se desenrolando em busca de uma definição, envolvendo muitas vezes intelectuais e ativistas como, por exemplo, Luis Mott, a reflexão sobre a homossexualidade começa a ser debatida abertamente em todos os setores.

Um artigo de Luiz Mott publicado pela revista Estudos Feministas em 2006 é emblemático, isto porque o autor deixa claro em seu texto qual é seu posicionamento frente à questão homoafetividade, o que poderia descaracterizar seu trabalho na ótica de alguns, mas ao mesmo tempo traz vários elementos de reflexão, cuja relevância, tem o poder de gerar desconforto, mesmo nos mais céticos ou dogmáticos leitores.

O autor inicia seu texto de forma bem incisiva dizendo que o amor reservado a pessoas do mesmo sexo é milenar, entretanto, criticado por determinados grupos que acreditam que esta forma de amor trata-se de um pecado grave contra Deus. Segundo Mott (2006),



mesmo em nossos dias, “cristãos menos iluminados atribuem o flagelo da Aids ao castigo divino contra a revolução sexual e o movimento gay” (MOTT, 2006, p. 509). Já em uma esfera de atuação humana, esta punição veio no passado através de padres com a Santa Inquisição; de médicos e suas teorias desumanas; de delegados de polícia com a suposta tarefa de zelar pelos bons costumes e impedir todas as situações vistas como atentados ao pudor. No presente, embora tenham ocorrido vários avanços, boa parte do processo de desconstrução da marginalidade homossexual vem acontecendo, sobretudo, a partir da ciência. Assim, a homossexualidade deixou de ser vista como doença há décadas.

Mesmo com estes avanços, a questão está longe de ser conduzida a outros paradigmas. De acordo com Luiz Mott, atualmente no Brasil, a classe que mais sofre com preconceitos e discriminações é a dos homossexuais. A marginalização, muitas vezes, começa dentro de casa, e perpassa pela maioria das camadas sociais. O grande problema é que estes comportamentos, geralmente, são traduzidos em atividades homofóbicas, cujos resultados são violências físicas e psicológicas.

Uma frase do jornalista Ivan Leal do Jornal do Domingo, é apenas um exemplo de todo este preconceito homofóbico: “Gostaria de ver todos os homossexuais condenados à morte num forno crematório e mesmo assim, lamentava que sobrassem as cinzas” (Jornalista Ivan Leal, São Paulo, 1986 *apud* MOTT, 2006, p. 511). Ao que parece, para alguns em pleno século XXI, os homossexuais não tem direito de viver, que dirá estabelecer um vínculo conjugal. No próximo subtítulo, passaremos a pensar o assunto a partir da ótica de alguns interlocutores, alunos do curso de teologia. Alguns destes já são pastores, inclusive titulares, outros são aspirantes e alguns, mesmo sem pretensão de serem pastores, exercem algum tipo de liderança em suas comunidades, portanto, representam em alguma medida destaque dentro do grupo.

## **2. REALIDADES E POSICIONAMENTOS: elementos para reflexões**

Não se pode questionar a existência de novas modalidades de famílias convivendo dentro da sociedade brasileira. O modelo de família nuclear composta de pai, mãe e filhos, embora seja o modelo mais comum, ele vem cedendo espaço a outros modelos, ao longo dos anos.



Tais casos dividem opiniões e aceitações, o que demonstra a ambiguidade do assunto.

Entre os alunos do curso de teologia pentecostal, pode-se afirmar que existe um consenso, não só em relação às famílias homossexuais, mas também relacionado ao homossexual, como alguém que precisa, acima de tudo, ser amado, não obstante em pecado e precisando de conversão no sentido literal: mudança de direção.

É neste contexto que a palavra “salvação”<sup>3</sup> aparece de forma sistemática e recorrente na fala pentecostal. Uma afirmativa de uma das alunas retrata tal sentido em relação ao homossexual: “quem não entendeu a palavra, olha somente a prática da pessoa e não o indivíduo que merece sim ter *salvação* mediante minha vontade de pregar o evangelho e não de julgar a vida dele” (M. C. M. C. Nov. 2015, grifo meu). Um aluno nos oferece uma resposta próxima da anterior quando perguntado sobre os grandes desafios da igreja frente à questão da homossexualidade e homofobia. A resposta dele é que

não se pode perder a essência da palavra de Deus, cedendo às vontades mundanas, mas também não deixar de abraçar e cuidar daqueles que vivem nessa prática, ou seja, o desafio maior em minha opinião é encontrar o equilíbrio sem perder os fundamentos nas sagradas Escrituras (L. H. Z. P. Nov. 2015).

Percebe-se certo temor da perda de essência da “Palavra de Deus”, cuja nocividade se configura no relaxamento da moral religiosa, com prejuízo para as instituições familiares e eclesiais.

Para alguns alunos, a falta de profundidade e o despreparo por parte da igreja em lidar com a homossexualidade transforma o tema num verdadeiro dogma. De acordo com o aluno (A. S. P. Nov. 2015), “percebe-se enorme carência em lidar com a problemática. Parte da igreja não sabe lidar com o desafio proposto, por medo, despreparo e até mesmo com reações preconceituosas que de certa forma caracterizam-se reações homofóbicas”.

---

<sup>3</sup> Acredita-se que a alma do homem precisa ser salva do inferno. Uma vida desviante ocasiona a condenação, enquanto uma vida que esteja em conformidade com os padrões de moralidade religiosa garante a salvação e a vida eterna em uma cidade celestial chamada Nova Jerusalém.





A interpretação da aluna (C. R. O. Nov. 2015) se aproxima da anterior quando afirma que,

a igreja não tem preparo para lidar e tratar com o homossexual [...]. A maioria dos cristãos ainda se assustam e não sabem conviver com eles sem estampar seus medos e preconceitos. É muito comum o crente não separar a pessoa do homossexual da homossexualidade. A homofobia fica então a um passo de ser caracterizada.

Embora o tema homossexualidade seja do conhecimento de todos os adeptos que compõe uma igreja pentecostal, este tema não é muito discutido.

A homossexualidade como tema, em alguns momentos, pode ser pontuada por pastores atrás de seus púlpitos por meio de homilias, mas estas são, em sua maioria, monólogos, sem abertura para questionamentos ou debates. Raramente o assunto é abordado em espaços abertos de interlocuções, sejam formais, como grupos de debates e salas de escolas bíblicas, ou informais, como almoços e festas. Nos meios políticos, o discurso que é proposto, seja na candidatura ou no exercício da função caso eleitos, é a defesa da família, da Igreja, da sociedade, da formação educacional de crianças.

A união de pessoas do mesmo sexo é vista não só contra a natureza humana, que depende da relação entre gêneros distintos, mas, acima de tudo, contra a natureza divina, que criou *desde o princípio* macho e fêmea. Fora desta proposta, se instaura uma condição ambígua que precisa ser restaurada, mas não problematizada. O espaço para o diálogo é praticamente inexistente. Não se evidenciam questões sofridas pelos homossexuais como violência física, psicológica, discriminações nas mais distintas esferas da sociedade, inclusive na igreja. Desconsidera-se a marginalização sofrida pelo grupo em questão ou mesmo o livre arbítrio nas decisões pessoais quanto à orientação sexual. Isto sem contar os aspectos voltados para a área da saúde como grupo de risco, envolvendo doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas, a Aids, vista por muitos cientistas como possível porta de entrada para uma epidemia. Há falta de reflexão substancial sobre o tema, mas não se pode dizer o mesmo dos posicionamentos extremistas que podem gerar abertura para fundamentalismos, desrespeitos, preconceitos, ações homofóbicas veladas e abertas e etc.



Embora não retrate a maioria, um grupo menor de alunos, se comparado com a totalidade, apresentam posicionamentos preocupantes. Um deles vem do aluno A. S. B. Quando perguntado sobre questões voltadas para a homossexualidade, sua resposta foi que “o grande desafio é *aceitar a pessoa* que tem esse desvio de conduta e tratá-la com *repúdio*. Não procurar entender o porquê desse desvio e trabalhar o entendimento de Deus na pessoa e em sua conduta” (A. S. B., Fev., 2016, grifo meu). Outro relato próximo vem de uma aluna:

os homossexuais querem direitos que eles não possuem. Querem estar e fazer o que bem entendem, sem se importar com o que a família pensa. Tentam se impor, de uma forma grosseira e, se alguém não estiver de acordo, pode ser denunciado como homofóbico. Hoje o mundo tenta inculcar até mesmo nas crianças a normalidade em ser homossexual. Existem até igrejas sendo fundadas por estes que querem mudar a Palavra de Deus para tentar obter uma aprovação da sociedade (A. F. S. Nov. 2015).

Como foi dito anteriormente, relatos como estes não representam a maioria, mas são capazes de exemplificar a existência de extremismos no seio de um segmento religioso, cuja filosofia principal é “o amor a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a você mesmo”. Para alguns, a relação com o Outro representa a imposição incondicional de suas próprias ideologias. A perspectiva é a subjugação do Outro, impondo as próprias vontades sobre aqueles cujas diferenças fogem à sua visão de mundo.

Outra pontuação frente aos evangélicos pentecostais representados aqui nos alunos de teologia é a forma como são percebidos a veiculação midiática. A mídia é vista como um deformador das famílias cristãs, inserindo valores contrários aos propostos pela religião como instituição. Para os pentecostais, sobretudo no clássico, uma das fontes mais nocivas vem através da televisão com a divulgação da prostituição (MARIANO, 2015, p. 98). Este pensamento é corroborado pela aluna Y. C. T. (Nov. 2015). Para ela, a igreja tem o desafio

mudar o pensamento dos jovens, crianças e adolescentes que hoje na maioria das vezes é formado pela mídia. É



preciso ensinar a igreja, a começar pela liderança, que é preciso aceitar o pecador, sem ocultar a verdade, que a homossexualidade é sim um pecado, mas que existe esperança.

Para finalizar, serão apontadas algumas referências que tratarão de abordagens mais reflexivas sobre a questão da homossexualidade por parte de alguns alunos. Não se trata de uma possível aceitação, pois a parte da cosmologia pentecostal voltada para este assunto, não percebe o relacionamento homoafetivo como legítimo, ou seja, a possibilidade de aceitação deste modelo como um dos que compõe a sociedade. Homossexuais ou famílias formadas por pessoas do mesmo sexo é, e provavelmente continuará sendo, alvo de ações proselitistas.

Para a aluna M. C. A. R. R., a igreja age com uma espécie de homofobia velada, por meio de brincadeiras. Segundo ela, o

medo de se contaminar faz com que a igreja não receba com amor o diferente, ao mesmo tempo em que, não se desmancham as panelinhas. Quando entra um homossexual, a igreja reage brincando. A igreja precisa acordar e realmente começar a fazer a diferença e ver este ser humano como indivíduo que tem sentimentos e que precisa de Deus. A igreja diz que eles estão em pecado e que vão para o inferno, enquanto o espiritismo afirma que eles são pessoas importantes para Deus [...]. Acho que a igreja peca em relação aos homossexuais. (M. C. A. R. R., Abr. 2015).

Outra contribuição sobre a problemática vem pela aluna M. G. G. Segundo ela,

apesar da igreja não aceitar, por ser contra os nossos princípios, devemos sim respeitá-los como seres humanos, assim como respeitamos um membro de nossa família ou um pastor. Não é porque respeitamos que estamos concordando com seus atos. Seus atos são à parte do respeito e o amor que temos por estas pessoas (M. G. G., Abr. 2015).



Como já existem dois posicionamentos femininos, é importante a abertura de posicionamentos masculinos. Para tal, será mencionada a abordagem do aluno J. M. R. De acordo com ele, a forma em que os homossexuais são perseguidos e mortos no Brasil é um problema grave. Relacionado a este contexto: “A igreja dorme e temos que nos posicionar, elegendo líderes capacitados, corajosos, desprovidos de quaisquer barreiras para lutar em favor dos homossexuais. Temos também que pregar o evangelho para que essas vidas sejam salvas e libertas” (J. M. R., Abr. 2015).

Na mesma linha de exemplos o posicionamento de F. C. A. é pertinente. Na perspectiva do aluno,

o homossexual é um cidadão que têm direitos. Muitas vezes como igreja temos nos esquecido disso e com frequência tratamos essas pessoas com indiferença e com certo preconceito. A medicina no passado via a prática como um desvio ou distúrbio psicológico. Já a igreja se mostra de certa forma omissa sobre o assunto e vemos um despreparo frente ao caso. Líderes cristãos dizem que realmente possa haver certo distúrbio e que tratado, pode ser revertido. [...]. A igreja e líderes preferem repudiar o ato, alegando pecado mortal ao praticante sem ter ao menos uma estratégia para que possa trazer essa pessoa a Cristo (F. C. A., Abr. 2015).

O respeito aparece vinculado à salvação. Ao mesmo tempo em que se eleva o posicionamento de amor, o despreparo ou desrespeito aparecem no discurso dos interlocutores. As palavras evangelização e salvação completam o discurso. O aluno S. R. G. complementa as coletas/escolhas de material, com uma opinião, que mesmo corroborando às anteriores, apresenta detalhes que são úteis para reflexões. Para ele,

temos que concordar que há um expressivo aumento da população que se autodeclara homoafetiva, assim como, a luta por direitos enquanto cidadãos. Além disso, estão expostos à uma brutal violência física e moral. É neste contexto que a igreja deixa claro sua postura, não só aquela: ‘Deus odeia o pecado, mas ama o pecador’. Já



observamos em nossos próprios templos pessoas que buscam ajuda e que muitas vezes são rejeitadas ou mesmo aquelas que lutam secretamente contra a homossexualidade, mas tem medo de se exporem perante sua liderança e serem execradas (S. R. G. Mar. 2016).

Esta seletiva de exemplos soma pouco mais de uma dezena, selecionados em meio a trinta posicionamentos que compunham um montante de mais de sessenta. Por meio deste recorte e destas amostragens é possível problematizar um universo mais amplo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pleno século XXI é impossível pensar que exista ainda um único modelo de família coabitando na sociedade brasileira. Basta apenas uma simples revista ao nosso entorno, para vermos que o modelo patriarcal, que reinou unânime por tantos anos, hoje, acaba ouvindo os ecos das vozes de muitos outros modelos de famílias. Há quem defenda o prejuízo da família como instituição, mas há também quem acredite nos avanços conquistados por meio de processos caros.

O que se diria atualmente das vantagens de um modelo patriarcal, que serviu de referência para todas as relações públicas e privadas, como mencionou Sérgio Buarque de Holanda ([1936]1995), em que o homem era visto como senhor absoluto, exercendo abusivamente suas vontades sobre a esposa, seus filhos e seus escravos, ou seja, tudo que supostamente lhe pertencia? Quais os ganhos de uma visão de mundo, que permite que “negrinhas” virgens, possam ser entregues a rapazes brancos, contaminados de sífilis, simplesmente pela crença de ser o melhor remédio, como apontado por Gilberto Freyre em “Casa-grande & Senzala” ([1933] 2006)? Quais os pontos positivos em uma estrutura em que o Outro é desvalorizado ou colocado em condições sub-humanas ou visto como um patrimônio?

Não se podem negar os avanços conquistados por mártires do passado, por ícones de todos os tempos, pelos movimentos feministas, pelos movimentos étnico-raciais, e, porque não dizer, pelos movimentos homoafetivos. Tais segmentos, muito mais que promoverem a mudança e quebra de determinados paradigmas, eles proporcionaram espaços para debates de muitas mazelas. Sem estes espaços, quaisquer mudanças, por mais importantes que tenham sido, ficariam sem pilares



fundamentais, tão necessários para manter uma estrutura aberta a revisões, reinterpretações, atualizações, hermenêuticas e sinônimos, ao mesmo tempo em que se enfraquecem os dogmas e os fundamentalismos do seio social.

O contexto histórico nacional, ainda que não dê conta de equilibrar os direitos de forma igualitária, pelo menos minimiza as assimetrias. Um exemplo disto é a separação entre igreja e Estado que não só desvinculou o Estado da Igreja Católica, mas abriu possibilidades para que outras religiões pudessem provar e se desenvolver legitimamente com possibilidade de legalidade. Este legado da modernidade e da secularização, tão criticada pelos segmentos pentecostais, garantiu a eles a possibilidade de alcançar um espaço legítimo dentro de um Estado laico, não no sentido sem religião, mas no sentido de dar a todas as religiões o mesmo direito de expressão, sem priorizar alguma em específico.

Como um dos temas centrais é a homossexualidade, cabe dizer que a falta de profundidade no desejo de compreender o Outro, assim como o contexto no qual está inserido, perpassa todo texto. Embora os posicionamentos de Luiz Mott como ativista frente às questões homoafetivas possa ser alvo de questionamentos justamente pela forma com que conduz suas críticas, seu artigo chama a atenção para reflexões de forma geral. Quando ele diz que no Brasil, a cada dois dias uma pessoa é morta por motivos homofóbicos, muitos podem ser tentados a comparar estes números com outros como, por exemplo: o percentual de pessoas que morrem vítimas de acidentes de trânsito, ou de balas perdidas, ou de negros em comparação com brancos, e assim por diante. Facilmente tais números superariam o número de *gays*, lésbicas e travestis assassinados no Brasil, se não fosse uma questão de mal maior escondido no seio da sociedade, ou seja, a questão da intolerância religiosa frente a estes grupos, vistos como marginais.

Não se deve esperar que as denominações pentecostais interrompam a promoção de proselitismo ou de interferir na sociedade geral, pois os pentecostais acreditam que a igreja têm uma missão intramundana. No posicionamento mesmo dos alunos que têm uma perspectiva mais crítica a respeito da postura de suas igrejas frente ao homossexualismo ou da união de pessoas do mesmo sexo, fica claro que, ainda que a igreja fique aquém na forma de tratamento destinado ao grupo em questão, muitas vezes carregados de preconceitos e de



marginalizações, configurando em alguns casos em ações homofóbicas veladas ou não, prevalece de forma geral o conceito de conversão. O que se pode desejar é a nutrição de uma semente que passe a se respeitar o Outro, minimizando os combates de ambas as partes, isto porque, em alguns casos, a busca pelo reconhecimento social faz com que algumas pessoas que defendem a liberdade na orientação sexual, busquem confrontar abertamente igrejas e religiões com outra perspectiva. Isto também é uma forma de intolerância, deixando de considerar que existem espaços, inclusive religiosos, que os acolhem.

De acordo com Marcelo Natividade e Leandro de Oliveira (2007, p. 263-268), as religiões de matriz africana são flexíveis quanto à forma de tratamento envolvendo homossexuais, pois sua cosmologia, além de conseguir separar a vida religiosa da vida privada, nesta esfera religiosa o mundo é visto na forma feminina, e a defesa da masculinidade forte pode significar, em alguns casos, a perda de intimidade com a possessão. Além disto, esta religiosidade não tem problema algum em lidar com ambiguidades de gênero. Conforme os autores, “os cultos afro-brasileiros constituem nichos sociais que possibilitam expressão da homossexualidade e permitem a formação de redes de sociabilidade em torno dessa preferência erótica” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2007, p. 294). Mesmo relacionado às igrejas evangélicas, existem algumas que possuem formas mais flexíveis e tolerantes, cuja doutrina eclesial tem maior abertura no sentido do prazer e da relação conjugal, evitando os julgamentos no que se refere à homossexualidade:

Como exemplos mais visíveis, temos a Igreja Presbiteriana de Bethesda, localizada na Zona sul do Rio de Janeiro – frequentemente noticiada como uma *igreja gay* – e a Igreja da Comunidade Metropolitana, inaugurada recentemente na mesma cidade. A igreja Cristã Acalanto, fundada em 2002 em São Paulo, apresenta perspectiva semelhante (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2007, p. 288).

Por que instalar a guerra, quando se é possível respeitar as escolhas e o Outro? O sentido de Estado laico oferece a liberdade de escolha para os componentes da demanda, que podem decidir se os bens e serviços oferecidos pelas religiões lhe interessam ou não. Do mesmo modo, deixa-se o caminho livre para que todas as religiões busquem



formas de alcançar e conquistar suas demandas. Ninguém precisa buscar um serviço religioso para si, onde o que é oferecido não está em conformidade com o que deseja, nem mesmo pode-se impor forçadamente a alguém algo que ele não queira. É preciso que se estabeleça uma condição de respeito em todas as esferas dentro da sociedade, sejam elas religiosas ou não.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARILHA, Margareth. “Homens entre a ‘zoeira’ e a responsabilidade” In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito (Orgs.). **Homens e Masculinidades: outras palavras**. São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 51-77.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000009352506122012255229285110.pdf>. Acesso em: 29/03/2016

CORRÊA, Mariza. **Repensando a Família Patriarcal Brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

COUTO, Márcia Thereza. “Gênero, família e pertencimento religioso na redefinição de *ethos* masculinos e femininos”. In: **Revista Antropológicas**, ano 6, Vol, 13(1), 2002, p. 15-34.

FERNADES, S.R.A.; PITTA, M. “Mapeando as rotas do transito religioso no Brasil”. In: **Religião & Sociedade**, Vol. 26 n° 2 Rio de Janeiro. ISER, 2006, p. 120-153.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Global Editora, 2006.





HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

JACOB, Cesar Romero; HEES, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe. **Religião e território no Brasil: 1991/2010**. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2013. <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostradoc.php?open=1&arqdoc=eb ook religiao e territorio no brasil 1991-2010.pdf> . Acesso em: 14/04/2016

JONES, Daniel; MINICUCCI, Lucila Martinez; STIVALA, Gabriela. “Perfis religiosos e opiniões sobre os direitos das pessoas GLTTBI: Os participantes das paradas de orgulho na Argentina e no Brasil”. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias. et al. (Orgs.). **Valores religiosos e legislação no Brasil: A transmissão de projetos de lei sobre temas morais controversos**, 2009, p. 170-191.

MACHADO, Maria das Dores Campos. “Religião, família e individualismo”. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias et al. (Orgs.). **Família e Religião**. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa Livraria, 2006, p. 89-111.

MARIANO, André. **Pentecostalismo clássico**: pouco pesquisado, pouco conhecido. Curitiba: Ed. Prismas, 2015.

MARIANO, Ricardo. “Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais”. In: **Civitas**. Porto Alegre, 3(1): p. 111-125, 2003.

\_\_\_\_\_. “Mudanças no Campo Religioso Brasileiro no Censo 2010”. In: **Debates do NER**. Porto Alegre, ano 14, nº 24, jul-dez, 2013, p. 119-137.

MELLO, Luiz. “Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil”. In: **Cadernos Pagu**. (24), jan-jun, 2005, p. 197-225.



MOTT, Luiz. “Homo-afetividade e Direitos Humanos”. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, 14(2), maio-ago, 2006, p. 509-521.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. “Religião e Intolerância à homossexualidade: Tendências Contemporâneas no Brasil”. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). **Intolerância Religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Ed. Edusp, 2007, p. 261-302.

NATIVIDADE, Marcelo; LOPES, Paulo Victor Leite. “Os direitos das pessoas GLBT e as repostas religiosas: da parceria civil à criminalização da homofobia”. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias. et al. (Orgs.). **Valores religiosos e legislação no Brasil: A transmissão de projetos de lei sobre temas morais controversos**, 2009, p. 71-99.

SEFFNER, Fernando. et al. “Respostas religiosas à Aids no Brasil: Imprensões de pesquisa acerca da Pastoral de DST/Aids da Igreja Católica. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias. et al. (Orgs.). **Valores religiosos e legislação no Brasil: A transmissão de projetos de lei sobre temas morais controversos**, 2009, p. 155-178.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. “‘Pai é tudo igual?’: Significados da paternidade para homens que se auto definem como homossexuais” In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004, p. 385-414

